

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 697 - Brasília, terça-feira, 26 de maio de 1998



Plenário deve debater também projeto que estimula produção de álcool

ACM recebe Maia e diretores da Manchete

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência ontem o ex-prefeito César Maia (foto), candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro. Maia afirmou que esteve no Senado para comunicar o apoio do

PTB à sua candidatura, cuja coligação já inclui PFL e PPB.

Antonio Carlos também recebeu, ontem à tarde, os jornalistas Carlos Chagas, Pedro Jack Kapeler e Murilo Mello Filho, do Grupo Manchete.



Imunidade entra na pauta do plenário

Senadores devem discutir ainda duas emendas constitucionais: uma cria o serviço civil obrigatório, outra inclui moradia entre os direitos sociais

O plenário do Senado deve iniciar hoje a discussão de mudanças na imunidade de deputados e senadores. Aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta autoriza o Supremo Tribunal Federal a processar o parlamentar acusado de crime, caso a Câmara ou o Senado não se manifeste sobre o pedido no prazo de 120 dias. O texto em exame pelo plenário, elaborado pelo senador José Fogaça duran-

te a tramitação da matéria na CCJ, é um substitutivo a sete propostas de emendas constitucionais. A pauta do plenário inclui a discussão, em segundo turno, de mais duas propostas de alteração constitucional. Uma delas, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães, institui o serviço civil obrigatório. A outra, do senador Mauro Miranda, acrescenta a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros. **Página 3**

CAE analisa hoje nomes para o Cade

PÁGINA 2

Solução para dívida de MG será examinada

PÁGINA 3

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia; segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 32/96, que dispõe sobre o serviço civil obrigatório, primeiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, que dispõem sobre a imunidade parlamentar; dependendo de parecer da CGL, o "PLC nº 74/97, que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos; "Projeto de Resolução nº 40/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de refinanciamento de dívida mobiliária e contratual do estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Projeto de Resolução nº 41/98, que autoriza Mato Grosso a transferir para a CEF seus débitos junto às instituições financeiras, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 286.869.520,00; "Projeto de Resolução nº 45/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito constituída no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado entre a União, o estado de Mato Grosso e o Bemal, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e "Projeto de Resolução nº 46/98, que autoriza o estado de Santa Catarina a transferir para a CEF seus débitos junto às instituições financeiras, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 107.824.192,68.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "OFS nº 32/98, solicitação do governo de Minas Gerais referente ao contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 11,82 milhões; "MSF nºs 153/98, 15/98 e 158/98, submetendo à apreciação do Senado os nomes de Meroz Felsky, Marcelo Procopio Calliani e Gesner José de Oliveira para exercerem o cargo de conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, do Ministério da Justiça, sendo o último como presidente. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996, relatando o "PL nº 10/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 20 milhões, em favor da Justiça Federal; relatório a "Mensagem nº 100/98-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o Aviso 29/98 do ministro de Minas e Energia, com esclarecimentos sobre o subprojeto de responsabilidade da Eletrobrás, a construção da Usina Hidrelétrica Manso, relatório apresentado às "Mensagens nºs 138 e 140, que submetem a deliberação do Congresso Nacional os Avisos nºs 83/98 e 134/98, que prestam esclarecimentos sobre subprojetos de responsabilidade do Ministério dos Transportes, nos termos do parágrafo 1º do art. 5º da Lei nº 9.598 (Lei Orgânica da Polícia Federal de 1998); e "Requerimento do deputado João Fassarella, solicitando esclarecimentos acerca dos gastos em desacordo com a Constituição federal promovidos por diferentes órgãos do Poder Executivo. Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados

17h - Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Comissão de Fisc. Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Pauta: Receber, em reunião conjunta, delegação da Comissão de Orçamento, Finanças, Bancos e Tributação da Duma da Rússia. Plenário nº 2 - Anexo II da Câmara dos Deputados

17h30 - Comissão de Rel. Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PDL nº 13/98, que aprova o texto do protocolo de integração educacional para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação entre os países-membros do Mercosul; e "PDL nº 14/98, que aprova o texto do protocolo de integração cultural do Mercosul. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Quarta-feira (27.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia; terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC 32/96, que dispõe sobre serviço civil obrigatório; segundo

dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, que dispõem sobre a imunidade parlamentar; "PLS nº 195/95, que concede anistia de multas cominadas pelo TST a entidades sindicais em virtude de sentença judicial; "Requerimento nº 268/98, do senador Djalma Falcão, solicitando a constituição de uma comissão externa do Senado (nove membros titulares e igual número de suplentes), para, no prazo de 90 dias, promover uma verificação in loco dos efeitos produzidos pela atual seca que assolou o Nordeste do Brasil; "Requerimento nº 297/98, do senador Ney Suassuna, solicitando a criação de uma comissão especial, composta de cinco membros, para, no prazo de 30 dias, inspecionar in loco a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, o alistamento e a operacionalização das frentes de trabalho, nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia; "Requerimento nº 323/98, do senador Sérgio Machado, solicitando a criação de comissão sensorial temporária para acompanhar as ações emergenciais e elaborar plano de medidas para as áreas atingidas pela seca no Nordeste; "Mensagem nº 121/98, submetendo a deliberação do Senado o nome de Síllio Marcos Amarante para embaixador do Brasil junto à Bolívia; "Mensagem nº 128/98, submetendo a deliberação do Senado o nome de Ricardo Cavalho do Nascimento Borges para embaixador do Brasil junto ao Senegal; e "Mensagem nº 131/98, submetendo a deliberação do Senado o nome de Joaquim Augusto Whitaker Salles para embaixador do Brasil junto ao Quênia

Quinta-feira (28.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, que dispõem sobre a imunidade parlamentar; "PDL nº 2/96, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o Brasil e o governo da República Popular de Angola; "PDL nº 10/98, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo; "PDL nº 16/98, que aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento; "Requerimento nº 276/98, de autoria do senador José Eduardo Durã, solicitando que o Projeto de Resolução nº 161/97, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente, seja encaminhado à comissão especial destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno; e "Requerimento nº 287/98, do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 7 e 8, de 1998, com id de nºs 15, 45 e 51, de 1996, por versarem sobre idade de imputabilidade penal

COMISSÕES

Quarta-feira (27.05.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte: "Mensagem nº 148/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Carlos Alberto Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte - MG, para compor o Tribunal Superior do Trabalho; e "Mensagem nº 156/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Gelson de Azevedo, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre - RS, para compor o Tribunal Superior do Trabalho

2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; "PLC nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

Após a Ordem do Dia

Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público

Novas indicações para o Cade são examinadas hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, às 10h, cinco indicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão ligado ao Ministério da Justiça. Durante a reunião, os indicados serão sabatinados pelos senadores, que, em votação secreta, decidem se aceitam ou não os nomes encaminhados pela Presidência da República. Instruída pela CAE, a deliberação definitiva cabe ao plenário.

O senador Wilson Kleinuberg (PFL-SC) é o relator das mensagens enviadas ao Senado com os nomes apontados pelo Executivo. Dois dos indicados já são conselheiros do Cade hoje: Gesner Oliveira, atual presidente do Conselho, e Lúcia Helena Salgado e Silva. Os outros três nomes - Ruy Afonso de Santacruz Lima, Procopio Calliani e Mércio Felsky - foram indicados para ocupar vagas no Cade pela primeira vez. Os conselheiros são nomeados para mandato de dois anos, permitindo-se apenas uma recondução.

Como preparação para a sabatina, o presidente do Cade, indicado para permanecer no cargo, fará uma breve exposição dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão no

último biênio. Ele distribuirá aos membros da comissão o relatório anual e o regimento interno de funcionamento do Cade.

Segundo a lei que rege o Cade (nº 8884/94), as pessoas indicadas para o órgão devem ter mais de 30 anos de idade e notável saber jurídico e econômico. Cabe ao Cade assegurar a livre concorrência no mercado brasileiro, evitando a formação de oligopólio ou monopólio e práticas desleais de competição entre as empresas.

O conselho recentemente analisou os contratos entre as cervejarias Antártica e Brahma com as americanas Budweiser e Miller, respectivamente. Nos próximos meses, outros processos que envolvem grandes operações do mercado entram na pauta do Cade, como a privatização da Vale do Rio Doce. O Cade vai examinar se a compra da estatal pelo grupo privado obedeceu a ética do mercado. Também será avaliado o contrato de exclusividade assinado entre a Petrobras e a OPP, empresa do grupo Odebrecht. Os mandatos de seis conselheiros, inclusive do presidente, venceram no último dia 15.

Senado promove mostra de curtas

A Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal promove hoje, às 18h30, no Auditório Petrólio Portella, a Mostra de Filmes Brasileiros em Curta Metragem.

Entre os filmes a serem exibidos, está 5 Filmes Estrangeiros, escolhido o melhor curta-metragem no 30º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. O curta conta a vida de pessoas de nacionalidades diferentes que se cruzam no final da história.

Também consta da mostra

Aporo, prêmio de melhor direção e melhor fotografia do 28º Festival de Brasília, tendo sido escolhido também como melhor filme brasileiro no 3º Prêmio OK de Cultura.

Serão exibidos ainda os seguintes curtas: *Janela para os Pirineus*, premiado no Festival de Curitiba, onde recebeu o prêmio especial do júri; *Denis Movie*, um filme-reportagem; e *O Guarda-Linhas*, que aborda a chegada de um viajante a uma pequena estação ferroviária.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucílio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Substitutivo do senador José Fogaça, reunindo sete propostas de alteração constitucional, já foi aprovado pela CCJ, e a previsão é de que irá à votação final em junho

Plenário inicia a discussão sobre mudanças na imunidade parlamentar

As mudanças na imunidade de deputados e senadores, contidas em substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) e já aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), começarão a ser discutidas hoje pelo plenário. A proposta autoriza o Supremo Tribunal Federal (STF) a processar o parlamentar acusado de algum crime (exceto o de opinião), caso a Câmara ou o Senado não se manifeste sobre o pedido no prazo de 120 dias.

Fogaça apresentou substitutivo a sete propostas de alteração constitucional formuladas nos últimos tempos pelos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Pedro Simon (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Carlos Wilson (PSDB-PE), José Serra (PSDB-SP), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Odacir Soares (PTB-RO). O substitutivo será discutido por cinco dias e, se receber emendas, voltará à CCJ, para que a comissão se manifeste sobre elas.

Outra matéria que estará em discussão no plenário hoje, já em

segundo turno, é a proposta de emenda constitucional que cria o serviço civil obrigatório, destinado a jovens isentos ou dispensados do serviço militar. De autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o projeto foi votado em primeiro turno no último dia 13.

Essa emenda prevê que uma lei detalhará o assunto e as mulheres e religiosos também poderão receber convocação para o serviço civil obrigatório, a ser prestado em hospitais, escolas, entidades de assistência a desamparados, prefeituras ou na execução de projetos de interesse da coletividade. O serviço civil obrigatório será discutido pelo terceiro e último dia, em segundo turno, amanhã, podendo, então, ser votado a qualquer momento, caso



Começa hoje o período de cinco dias de debates no plenário do Senado sobre a matéria

não receba emendas de plenário.

Também estará em discussão hoje, em segundo turno, a proposta de mudança constitucional do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que inclui a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros. O projeto será discutido no terceiro e último dia, pelo plenário, amanhã. Ainda será debatido hoje o projeto de lei da Câmara que determina a substituição, no prazo de cinco anos, da frota oficial de veículos por automóveis movidos a combustíveis

renováveis, como o álcool.

Amanhã, deverá ser votado projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que concede anistia aos sindicatos multados em até R\$ 100 mil por dia durante a greve dos petroleiros, de abril a maio de 1995. Durante esta semana, o plenário do Senado analisará, ainda, outras dez matérias, entre elas pedidos de estados para contratação de financiamentos e nomes de novos embaixadores brasileiros no exterior.

CAE aprecia refinanciamento de dívidas de Minas Gerais

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), aprecia na reunião de hoje, às 10h, dois pedidos do governo de Minas Gerais para contrato de refinanciamento de dívidas e abertura de crédito e compra e venda de ações.

A primeira solicitação visa ao refinanciamento de R\$ 11,8 bi-

lhões, referentes ao valor da dívida a ser adquirida pela União, e não vai onerar os limites de endividamento estabelecidos pela Resolução nº 69, do Senado, de acordo com o presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Ele acrescenta, no ofício enviado ao Senado, que nesse pedido não há liberação de novos recursos, apenas substituição dos credores

originais pelo governo federal.

O outro pedido do governo mineiro relaciona-se à abertura de crédito, compra e venda de ações entre a União, o estado, o Banco do Estado de Minas Gerais S/A (Bemge), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG) e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S/A (Minascaixa), no âmbito do Pro-

grama de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Essa solicitação tem por objetivo reduzir a presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, segundo ofício assinado pelo presidente do Banco Central. O relator dos dois ofícios é o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), que deu parecer favorável às solicitações.

Comissão de Orçamento vota emendas às contas de FHC

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, a partir das 15h, para apreciar o relatório às emendas apresentadas ao projeto de decreto legislativo referente às contas do presidente da República de 1996, já aprovadas pela comissão desde novembro de 1997. Em seu parecer, o relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), rejeita quatro das cinco emendas apresentadas. A emenda acolhida pelo relator substitui a expressão "contas do governo" pela expressão "prestação de contas do presidente da República", na emenda e no texto do decreto legislativo. Sendo aprovado na comissão, o PDL vai para votação em plenário em turno único.

A pauta da comissão também prevê a apreciação dos relatórios à Mensagem nº 100/98, que trata da execução orçamentária da construção da Usina Hidrelétrica Manso, suspensa por irregularidades indicadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e à Mensagem nº 138/98, que trata da execução orçamentária de subprojetos de responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Ferrovia Paulista S/A (Fepasa) e Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern). Nos dois casos, os relatores, senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), votam favoravelmente, uma vez que os responsáveis tomaram as providências saneadoras sugeridas pelo TCU.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

- 7h** - Entrevista com a senadora Júnia Marise (PDT-MG) sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Sudene
- 8h** - "Mulheres em Debate" - entrevista com a psicanalista Leonor Bicalho e a psiquiatra Maria Dilma Teodoro sobre os sintomas e tratamentos da síndrome do pânico
- 9h30** - Entrevista com a senadora Júnia Marise (PDT-MG) sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Sudene
- 10h** - Comissão de Assuntos Econômicos - sabatina com os membros indicados para compor o plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade (vivo)
- 13h15** - "Mulheres em Debate" - entrevista com a psicanalista Leonor Bicalho e a psiquiatra Maria Dilma Teodoro sobre os sintomas e tratamentos da síndrome do pânico

- 14h30** - Sessão plenária deliberativa (vivo) - discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que restringe a imunidade parlamentar
- Logo após** - Comissão de Relações Exteriores (pré-gravado)
- 19h30** - "Mulheres em Debate" - entrevista com a psicanalista Leonor Bicalho e a psiquiatra Maria Dilma Teodoro sobre os sintomas e tratamentos da síndrome do pânico
- 20h30** - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40** - "Senado em Pauta"
- 21h** - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30** - Telejornal "Congresso Hoje"
- 04h40** - "Senado em Pauta"
- 1h** - "Agenda Econômica" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre o Próalcooil
- 2h** - "Jornal da Amazônia"
- 2h15** - "Senado em Pauta"
- 2h30** - "Fala Cidadão"
- 6h30** - Telejornal "Congresso Hoje"

RÁDIO SENADO

6h40 - "Senado em Pauta"
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

- 7h30** - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 10h** - Comissão de Assuntos Econômicos
- 13h30** - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15** - "Plenário em Revista"
- 14h30** - Sessão plenária
- 19h** - "A Voz do Brasil"
- 22h30** - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h** - Retransmissão da sessão plenária
- 4h** - Música e informação até às 7h30

Campos quer alterar regras para navios no Mercosul

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto modificando a atual legislação que trata dos empregados em embarcações nacionais. Ele propõe uma flexibilização, de modo que 50% dos trabalhadores possam ser formados por tripulantes oriundos de países integrantes do Mercosul. A proposta foi encaminhada à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para ser votada em caráter terminativo.

A lei em vigor, lembra Campos, exige que a tripulação de navio ou embarcação nacional seja constituída de pelo menos dois terços de brasileiros. Para o senador, "nossa legislação trabalhista mantém dispositivos protecionistas da mão-de-obra nacional que podem comprometer os custos dos negócios de importação dentro do bloco econômico". No entanto, Júlio Campos entende que, entre os aspectos relevantes da integração no âmbito do Mercosul, estão aqueles relativos aos instrumentos normativos do transporte.

— Esta é a principal modificação que vem sendo feita na legislação dos outros países-membros, que possibilitará aos armadores maior economia na composição da tripulação e, portanto, maior competitividade de todo o comércio — afirmou.



Campos: adaptação ao acordo

Senador lembra gravidade da situação enfrentada pelas prefeituras e defende reformas radicais no sistema fiscal e tributário

Bezerra pede revisão dos repasses do FPM

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a imediata aprovação de projeto de lei complementar, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece alteração nos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Ele lembrou que a Associação Municipalista Brasileira trouxe à Brasília cerca de 2.000 prefeitos, na última semana, para pedirem agilidade na votação do projeto, sendo que de seu estado, Mato Grosso, vieram 70 administradores municipais.

Se aprovado, o projeto de autoria do deputado Júlio César (PFL-PI) permitirá aos municípios mais carentes maior participação nos recursos do FPM, além de maior autonomia financeira, explicou o senador. A reparação dos critérios de distribuição do FPM constitui a inauguração de uma nova mentalidade do complexo jogo da des-



Bezerra: menos centralização

centralização do poder no Brasil.

— Não é de agora que venho insistindo na necessidade de o Brasil proceder a reformas radicais no domínio dos sistemas fiscal e tributário. Desde quando desempenhei as funções de prefeito de Rondonópolis e de governador de Mato Grosso, já reivindicava menor centralização das políticas públicas nas mãos do governo fede-

ral — destacou.

Na avaliação de Carlos Bezerra, a situação das prefeituras se reveste de maior gravidade nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, apesar de todo o esforço para sanar as dificuldades estruturais. A maioria dessas prefeituras se encontra em estado de agonia financeira, impossibilitadas de gerir seus problemas mais triviais por completa falta de recursos, lembrou o senador.

— Em outras palavras, isso significa que ainda sobrevive no país uma política fiscal que, perversamente, acirra ainda mais o já indecente estado de concentração de renda, mediante a qual as cidades mais ricas acabam por receber um volume desproporcionalmente maior do que deveriam, seja em função de sua contribuição, seja em função de suas necessidades. Ora, isso é um absurdo que tem de ser visto com urgência — concluiu.

Alcântara adverte para processo de decomposição social

Preocupado com a onda de violência que "varre o mundo" e, em particular, com seus efeitos sobre a sociedade brasileira, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ser necessário "repensar a sociedade, seus rumos e valores", a fim de evitar um processo de "decomposição social". O senador partiu do exemplo do índio Galdino, queimado vivo em Brasília, no ano passado, para alertar que "não podemos aceitar a violência, em todas as suas formas, como uma força que parece dominar a sociedade brasileira atual".

No entender do senador, os brasileiros não podem viver numa sociedade formada por oprimidos e opressores. Alcântara defende um combate urgente a todas as formas de exclusão social e a promoção de uma vida mais digna "a todos os seus filhos, para evitar um processo em que os muito ri-

cos entrarão em choque com a grande maioria dos pobres". Ele avalia que o "mundo globalizado em que vivemos globalizou e banalizou a violência, por meio da televisão, jornais, revistas, filmes, jogos, vídeos, livros e outros meios".

A sociedade brasileira, acrescenta o senador cearense, passa por grave crise ética e moral. "Em que se entrelaçam e se reforçam mutuamente a injustiça social, a impunidade e a criminalidade, os baixos níveis educacionais, a grave crise econômica e o desemprego, o que tem propiciado a marginalização da juventude, que forma gangues, usa e abusa do álcool, das drogas e das armas".

Lúcio Alcântara informou que pretende estimular uma reflexão entre pais, educadores, religiosos, políticos, pesquisadores, cientistas sociais e "todos quantos se preocupam com o futuro de nosso país".



Alcântara faz convite à reflexão em busca de respostas e saídas para esse problema.

Ele considera, dentro dessa reflexão, que é preciso melhorar a distribuição de renda no país "para sairmos da situação esdrúxula em que somos uma das dez maiores economias do mundo e não conseguimos impedir que nossos irmãos morram de fome ou sejam injustiçados".

O senador defende também a urgente melhoria do sistema educacional, "não apenas para dar condições de ascensão social aos mais fracos, mas, igualmente, para incorporar valores éticos e morais, capazes de nos ajudar na construção de uma sociedade mais solidária".



Projeto de Ignácio vai à CCJ

José Ignácio propõe mudar Código Penal

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto de lei que altera o Código Penal em matéria relativa a crime sexual. Ele quer retirar do Decreto-Lei 2.848, em vigor desde 1940, a palavra "honesta" onde se lê: "Ter conjugação carnal com mulher honesta mediante fraude", contida no artigo 215, e outra expressa no artigo 216, sobre "induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso", mantendo inalterado o restante das duas frases.

Na opinião de José Ignácio, a expressão "honesta" é indefinida e exige uma avaliação do seu significado jurídico e social. "Ainda que fosse fácil essa definição, cabe perguntar se seria justa e em que diminuiria a culpabilidade ou reprobabilidade social dos atos se a mulher fosse desonesta?", questiona o senador.

Ao argumentar que ambos os delitos, "posse sexual mediante fraude" e "atentado ao pudor mediante fraude", são cometidos contra a vítima, José Ignácio enfatiza que, "nesses casos, não interessa à Justiça saber se ela leva uma vida duvidosa, uma vez que a comprovação desse fato levaria ao absurdo de se isentar de culpa o agente do crime".

O projeto prevê ainda alteração do artigo 231 do Código Penal, modificando a tipificação do crime "tráfico de mulheres" para "tráfico de pessoas". Ignácio argumenta que a iniciativa visa tornar mais abrangente a definição desse crime, "incluindo a hipótese da prática do delito contra crianças e adolescentes de ambos os sexos".

— Essa preocupação cresce em importância pois vêm aumentando, no mundo todo, os casos de pedofilia, inclusive com a formação de redes internacionais de exploração de crianças — concluiu.

O projeto será apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.